

Sucessão familiar na Quarta Colônia do RS: um estudo sob a luz da teoria dos papéis sociais

Natália Carrão Winckler

Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professora na Universidade Federal do Rio Grande (FURG- Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis).
E-mail: nataliawinckler@gmail.com

Pedro Rocha Marques

Graduado em Medicina Veterinária, mestre em Agronegócios, doutorando em Zootecnia na UFRGS.
E-mail: rochamarques@hotmail.com

Fernanda Scharnberg Brandão

Graduada em Medicina Veterinária. Mestre e doutoranda em Agronegócios na UFRGS.
E-mail: ferbran@terra.com.br

César Augustus Techemayer

Graduado e mestre em Administração. Doutorando em Agronegócios (UFRGS). Professor da Unipampa.
E-mail: ctech@unisinos.edu.br

Tania Nunes da Silva

Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: tnsilva@ufrgs.br

Introdução

Diante da relevância da agricultura familiar na conjuntura brasileira atual e da diversidade de conceitos existentes sobre agricultura familiar, consideram-se neste trabalho as definições de agricultura familiar e patronal adotadas por Abramovay (2000): a agricultura familiar não emprega trabalhadores permanentes, podendo, porém, contar com até cinco empregados temporários; já a agricultura patronal pode contar com empregados permanentes e/ou temporários.

Conforme estudo da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* - FAO e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2000), realizado sobre dados do Censo

Agropecuário de 1996 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os estabelecimentos familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos e ocupam 35,5% da área total rural do Brasil, sendo responsáveis por 37,9% do Valor Agregado da Produção Agropecuária Nacional. Além disso, conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2005), a agricultura familiar no Rio Grande do Sul é expressiva na economia gaúcha quando analisado o PIB do agronegócio, envolvendo o PIB do complexo agrícola com o complexo pecuário, formados pelos componentes insumos, setor, indústria e distribuição. A média entre os anos de 1995 e 2003 representou 23% para agricultura familiar e 19,4% para agricultura patronal.

Uma das estratégias cada vez mais incentivadas pelos órgãos de fomento agrícola, principalmente a partir dos anos 90, é o retorno ao processamento dos produtos agrícolas nas unidades de produção. As agroindústrias familiares são um elemento central na construção de um novo conceito de atividade rural (Neumann et al., 2007).

No entanto, o setor agropecuário vem passando por grandes mudanças recentemente. De maneira global, a dinâmica da agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades e vista como uma das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza. Um exemplo emblemático dessa mudança estrutural é a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, em que uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a dedicar-se a atividades não agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades (Schneider, 2006).

Neste contexto, a discussão sobre a manutenção das atividades no meio rural através da sucessão familiar torna-se pertinente. Por isso, este artigo busca analisar a influência do processo de sucessão na gestão das agroindústrias familiares localizadas na Quarta Colônia do RS.

Revisão da literatura

Esta pesquisa se baseia nas abordagens teóricas da Teoria dos Papéis Sociais, Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas e a problemática da Agroindústria Familiar, com foco na sucessão e na profissionalização no meio rural.

1-Teoria dos Papéis Sociais

A construção da identidade social é um dos aspectos mais importantes na formação do sujeito. Segundo Belloni (2007), desde a infância, o ser humano passa por um processo de socialização no qual assume comportamentos no seu meio social, integrando-se em um processo de reconhecimento do grupo e de identificação com os papéis sociais, que assume de modo pessoal.

É possível identificar na sociedade inúmeros papéis sociais. De acordo com Madruga (2009), os papéis determinam padrões de comportamentos sociais esperados em determinados contextos e que podem interferir nas configurações de uma comunidade devido à percepção das pessoas a respeito do papel que devem desempenhar.

Para Parsons (1991), o sujeito assume um aspecto de posicionamento social em que é alocado no sistema social em relação a outros sujeitos, situação denominada *status*; também, há um aspecto processual, no qual o sujeito mantém relações sociais com outros indivíduos, em um contexto de significância para o sistema social, o que se compreende por *papel*. A distinção entre papel social e *status* está no fato de que, no *status*, o sujeito é um objeto de orientação *para* outros sujeitos e para si mesmo enquanto que, no papel, o sujeito atua *no* sistema, assumindo um papel social.

Os sujeitos devem satisfazer suas necessidades mínimas para atuar em forma adequada e harmônica nos sistemas sociais, evitando tensões e conflitos sociais (Parsons, 1991). Homens e mulheres agem e sentem-se de forma diferente porque foram ensinados que são diferentes tipos de pessoas, e os papéis que exercem permitem e promovem uma funcionalidade nos sistemas familiares (Webster e Rashotte, 2009).

Um exemplo dessa situação é citado por Weisheimer (2009), para quem a socialização de jovens agricultores realiza-se na imersão de uma atividade profissional e ocorre de forma diversa entre homens e mulheres. Segundo o autor, a divisão sexual e geracional nas práticas agrícolas familiares hierarquiza os espaços na unidade produtiva e as tarefas que nela se realizam. Nesse cenário, os filhos adotam as práticas agrícolas, enquanto as filhas adotam as práticas domésticas. Como consequência, “prepara-se o terreno para a exclusão das filhas da sucessão hereditária na atividade agrícola e de sua participação na terra onde se realiza o trabalho familiar” (Weisheimer, 2009: 173).

Assim, quando assume um papel social, o sujeito está buscando inserir-se no meio social e ser aceito pelo grupo de referência. Por isso, assume diversos papéis sociais em diferentes contextos. Os sistemas sociais consistem, então, numa pluralidade de sujeitos individuais interagindo entre si e compartilhando símbolos, estruturas e motivações pessoais (Parsons, 1991).

2-Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas

A motivação pessoal e a qualidade de vida influenciam significativamente as tomadas de decisão pessoais, as quais se vinculam ao nível de satisfação com a vida e à importância atribuída pelo ser humano aos seus vários aspectos (Lazin e Osman, 2009), os quais compõem o que Abraham Maslow denominou *Hierarquia das Necessidades Humanas* (Figura 1). A teoria de Maslow identifica cinco níveis de necessidades fundamentais do ser humano: fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e de autorrealização (Maslow, 1970).

Figura 1: Hierarquia das necessidades humanas.



Fonte: Maslow (1970).

Através de estudos sobre o comportamento humano, Maslow observou que a motivação para as ações humanas está organizada nos cinco níveis de necessidade, embora estes se expressem de formas variadas de pessoa para pessoa e de grupo para grupo (Duval, Hoareau e Hashizume, 2008). Segundo Maslow (1970), tais necessidades são descritas como:

- *Fisiológicas*: necessidades vitais, como de equilíbrio de minerais, hormônios, vitaminas, sono, sexo e atividade física, entre outras. São as necessidades de maior motivação para o ser humano, pois delas depende sua sobrevivência;
- *De segurança*: ocorrem quando as necessidades fisiológicas estão relativamente satisfeitas. São elas: estabilidade, segurança, proteção, estar livre do medo, da ansiedade e do caos; necessidade de estrutura, leis e limites e outras;
- *Sociais ou de amor*: necessidades de afeto e pertença, como família, esposa, filhos, amigos;
- *De estima*: estabilidade e autoestima, ser estimado por outros, *status*, fama e glória, reconhecimento, atenção, importância, dignidade e apreciação;
- *De autorrealização*: refere-se à necessidade humana de se autorrealizar com as próprias potencialidades. Ela varia de pessoa para pessoa e normalmente está após a satisfação das necessidades fisiológicas, de segurança, sociais ou de amor e de estima.

Conforme essa teoria, atender às necessidades que se encontram em níveis mais baixos da pirâmide tende a ser prioridade para o ser humano. As necessidades de níveis mais altos serão atendidas posteriormente, embora haja momentos de oscilação na busca de satisfação entre os níveis (Duval, Hoareau e Hashizume, 2008).

Para Diaz-Laplante (2007), Maslow introduziu conceitos valiosos para o diálogo nas ciências sociais, como a interdependência existente entre o sujeito e a comunidade em que ele se insere, visto que um influencia o outro. Assim, a autorrealização do sujeito está, de certa forma, relacionada com a autorrealização da comunidade e com o meio ambiente, sendo que o contrário também é verdadeiro.

Portanto, a Teoria dos Papéis Sociais e a Hierarquia das Necessidades Humanas levam à reflexão sobre alguns pontos

pertinentes na abordagem da agricultura familiar, objeto deste estudo: primeiramente, sobre a questão da divisão de gêneros e gerações nas práticas agrícolas familiares, onde se criam hierarquias de espaços e de atividades desenvolvidas; um segundo ponto é a interdependência entre o sujeito e a sua comunidade, e suas respectivas autorrealizações. Dessa forma, o sujeito (agricultor) atua no sistema assumindo um papel social determinado. Entende-se como necessário demonstrar o papel e as necessidades desse indivíduo para compreensão da sucessão familiar na agricultura.

3-Agroindústria Familiar

O tema da agroindústria familiar tem se tornado recorrente em estudos no agronegócio. Segundo Wesz Jr., Trentin e Filippi (2008), pelo menos 13 estudos empíricos foram feitos na região sul do Brasil sobre as agroindústrias familiares desde 1998 até 2005. A importância do assunto, segundo esses autores, deve-se à globalização do sistema agroalimentar, que abriu mercados, modificou a estrutura regulatória e institucional para a comercialização de produtos agroindustriais e ameaçou a permanência da agricultura familiar nesse sistema. A agroindustrialização da produção tornou-se uma possibilidade de permanência do agricultor familiar nesse mercado competitivo, garantindo maior rentabilidade e sustentabilidade à atividade rural (Passador, Rosa e Passador, 2004).

Entretanto, essas mudanças nos processos produtivos e a intensificação da produção acarretaram consequências positivas e negativas para as cadeias produtivas. Entre as consequências negativas, podemos mencionar as dificuldades de adaptação do produtor ao domínio da tecnologia de produção, à forma de comercialização dos produtos, ao acesso aos recursos financeiros, às leis que regulamentam o setor, à coordenação das atividades em consonância com outros atores dos complexos agroindustriais relacionados e às políticas públicas diferenciadas para o setor, entre outras (Passador, Rosa e Passador, 2004). Wesz Jr., Trentin e Filippi (2008) destacam que o consumidor passou a demonstrar desconfiança e incerteza quanto à origem dos alimentos, à sua qualidade e às responsabilidades sociais e ambientais envolvidas nos processos produtivos.

Ainda, outros fatores relativos às mudanças nos processos produtivos e à intensificação da produção mostraram-se positivos. De acordo com Wesz, Trentin e Filippi (2008), a partir do cenário de

desconfiança e insegurança dos consumidores quanto à qualidade dos produtos, deu-se a valorização dos produtos orgânicos, cuja qualidade e procedência são uma possibilidade de inserção nos mercados. Houve uma reapropriação do *know-how* tradicional da agricultura, típico dos sistemas produtivos familiares, evidenciando-se uma forma de trabalho comum nas propriedades familiares, que são as pequenas agroindústrias no interior das propriedades. Em razão disso, pelo *feedback* do consumidor, valorizou-se a mão de obra e o conhecimento familiar e buscou-se atender a uma demanda de produção tradicional, que exige preparo das famílias de pequenos agricultores. Porém, tal preparo esbarra em um conflito de ordem geracional e de gestão das pequenas propriedades: a sucessão familiar.

Segundo Mendonça, Ribeiro e Galizoni (2008), fatores como a transição demográfica, a masculinização, o envelhecimento da população rural, o intenso processo migratório, as possibilidades de escolarização, a integração cidade-campo, a insatisfação com a remuneração no campo, a penosidade e a imagem negativa do trabalho agrícola estão causando um esvaziamento do meio rural. Há, nesse sentido, uma demanda de organização e de incentivo ao processo sucessório no meio rural.

3.1 - Sucessão

Sucessão é o rito de transferência de poder na gestão da empresa, em que um sucessor pode ser um herdeiro, um membro da família ou alguém sem grau de parentesco (Villarrinho, 2007). Na agroindústria familiar, a sucessão é a formação de uma nova geração de agricultores, envolvendo a transferência patrimonial, a manutenção da atividade profissional paterna e a saída das gerações mais velhas da gestão do patrimônio (Mendonça, Ribeiro e Galizoni, 2008).

O processo sucessório é vital para a sobrevivência de uma propriedade rural. A transferência da propriedade deve envolver aspectos legais e financeiros, no sentido de garantir a viabilidade e a integridade da propriedade e, ao mesmo tempo, manter relações familiares positivas.

Algumas famílias, mesmo tendo essa informação, subestimam a importância do planejamento para o processo sucessório (Pitts et al., 2008). Segundo esses autores, o processo sucessório não é puramente racional, visto que depende da comunicação entre os familiares, podendo gerar conflitos por

tensões interpessoais ou não. Porém, o diálogo entre os familiares pode oferecer *insights* que auxiliem nas resoluções necessárias para o planejamento sucessório e para a família rural em si.

Alguns estudos sobre sucessão em propriedades rurais brasileiras demonstram a complexidade do tema. No oeste catarinense, Mello (2006) identificou uma mudança nos padrões sucessórios das pequenas propriedades rurais. Há duas décadas, a transição de poder de pai para filho no campo era um padrão sucessório antigo, no qual a transferência das terras era algo natural e esperado. Do contrário, o deserdamento e a impossibilidade de permanência na condição de agricultor eram tomados enquanto penalização. Aqueles que deveriam migrar para outros ofícios eram avaliados negativamente, pela impossibilidade de permanecer na colônia. Atualmente, os herdeiros passaram a optar pela vida urbana por considerar a atividade agrícola penosa e mal remunerada.

Em Londrina, no Paraná, Passador, Rosa e Passador (2004) constataram que a sucessão em agroindústrias de pequeno porte é uma alternativa de renda e emprego para famílias rurais. No entanto, essa condição depende de incentivos governamentais que concedam, entre diversos fatores, o acesso à educação, à terra e a recursos financeiros como forma de garantir o sucesso dos empreendimentos.

No Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, Mendonça, Ribeiro e Galizoni (2008) identificaram que a sucessão na propriedade rural é uma escolha dos filhos dos produtores. Ao assumirem a posição dos pais, os filhos assumem também a responsabilidade de resguardar a memória familiar ligada à terra herdada.

Diversos autores citam o fato de que, nas agroindústrias familiares, o conhecimento principal é transgeracional, ou seja, passado de pais para filhos. Segundo Wesz Jr., Trentin e Filippi (2008), na região central do Rio Grande do Sul, o conhecimento herdado de gerações passadas constitui o "saber-fazer". Todavia, além das receitas e da forma de produção tradicional, novos atributos e técnicas estão sendo inseridos nos processos produtivos devido ao aperfeiçoamento da mão de obra das agroindústrias familiares.

De acordo com Mello (2006), apesar de participarem nas práticas de trabalho familiar, os filhos podem optar por um futuro profissional distante da propriedade paterna, buscando fora do meio rural oportunidades de trabalho que atendam suas aspirações

peçoais, seja no campo profissional, econômico, cultural ou social. No entanto, a propriedade rural precisa de renda e resultados para investir e dar continuidade ao seu trabalho nas próximas gerações. Nesse sentido, Pitts et al. (2008) sugerem que, em todo caso de sucessão, é fundamental que os jovens rurais sejam incluídos nas conversas e nas tomadas de decisão na propriedade rural, para que tomem conhecimento da importância e do futuro da propriedade, do planejamento da sucessão e do quão fundamental é construir bases para discussões futuras e de dividir as expectativas geradas.

3.2 - Profissionalização

Comumente, percebe-se uma diferença no uso dos termos “sucessão” e “profissionalização”. A sucessão corresponde à chamada “passagem do bastão”, ou seja, é o período de transferência de poder de uma geração para a outra (Evaristo, Santos e Santos, 2007). Normalmente, são buscados entre os herdeiros os que possuem maior aptidão para o negócio. Entretanto, muitas vezes os critérios de análise para transferência de poder envolvem exclusivamente questões afetivas e emocionais. Assim, o processo de escolha pode gerar disputas internas entre familiares.

Uma alternativa para o processo de sucessão é considerar a necessidade de profissionalização dos sucessores. A profissionalização marca um período de amadurecimento da empresa, onde as funções-chaves são atribuídas a profissionais capacitados trazidos de fora. Dessa forma, o tino empreendedor dos fundadores, sem qualquer formação profissional, é substituído pela necessidade de especialização (Silva Junior e Muniz, 2003).

Prestes (2002) aponta a forma de administração de uma empresa como determinante do seu fracasso ou bom desempenho. Cabe aos gestores aliar métodos eficientes e organizados de trabalho às expectativas da empresa, clientes, funcionários, fornecedores e mercado como um todo. Esses métodos devem obedecer a um esquema de planejamento, execução e avaliação de desempenho.

No ambiente organizacional das empresas, independentemente do seu ramo de atividade ou de seu tamanho, as mudanças traduzem-se em novas formas de administração que contemplam a adoção de técnicas inovadoras de trabalho, flexibilidade nas relações, interação com o meio externo, completa informação do ambiente interno, avanços tecnológicos, busca pela qualidade e fidelização do cliente (Evaristo, Santos e Santos, 2007).

Diferentemente das demais empresas, as do tipo familiar encontram dificuldades ainda maiores para acompanhar as exigências do mercado. Não basta redefinir a política de investimentos, introduzir tecnologias e capacitar-se gerencialmente se não forem resolvidos os seus dilemas internos. Alguns deles permanecem devido ao apego à tradição repassada por gerações, responsável em alguns casos por um quadro de acomodação frente às mudanças externas. Nesse contexto, as características que tipificam uma empresa como familiar contribuem para torná-la mais vulnerável com relação às outras numa situação de concorrência (Schneider, 2006). Isso ocorre porque é difícil manter uma visão profissional e racional do negócio quando este é altamente influenciado pelos valores, crenças, conflitos, relações de poder e tradição da família que o conduz. Tais especificidades são inadequadas à nova visão de administrar, baseada nas mudanças no mercado nos últimos tempos.

Metodologia

Para atender aos objetivos do estudo, a presente pesquisa classifica-se como qualitativa, uma vez que possui uma abordagem descritiva. O estudo também possui uma função de caráter descritivo e exploratório de um fenômeno que não é suficientemente conhecido, como a sucessão familiar na região da Quarta Colônia do RS.

Segundo Tripodi, Fellin e Meyer (1975), o estudo exploratório tem por objetivo “fornecer um quadro de referência que possa facilitar o processo de dedução de questões pertinentes na investigação de um fenômeno”. A partir dessa exploração, é possível ao pesquisador a formulação de conceitos e hipóteses a serem aprofundadas em estudos posteriores (Tripodi, Fellin e Meyer, 1975). Desse modo, tratando-se de um estudo com dados qualitativos, tem-se liberdade teórico-metodológica para desenvolvê-lo, porém sem desmerecer a apresentação de uma estrutura coerente, consistente, com originalidade e um nível de subjetivação capaz de merecer aprovação científica em um processo intersubjetivo de apreciação (Triviños, 1999).

Quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, haja vista a necessidade de aprofundamento sobre essa temática. Os dados utilizados foram tanto de origem primária, através dos dados coletados na visita técnica, quanto de origem secundária, quais sejam, as bibliografias consultadas e documentos de instituições públicas e privadas.

O estudo de caso, como observação empírica, possibilitou a pesquisa do fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto (Yin, 2001). Segundo Gil (2002), estudos de casos proporcionam flexibilidade ao desenvolvimento da pesquisa.

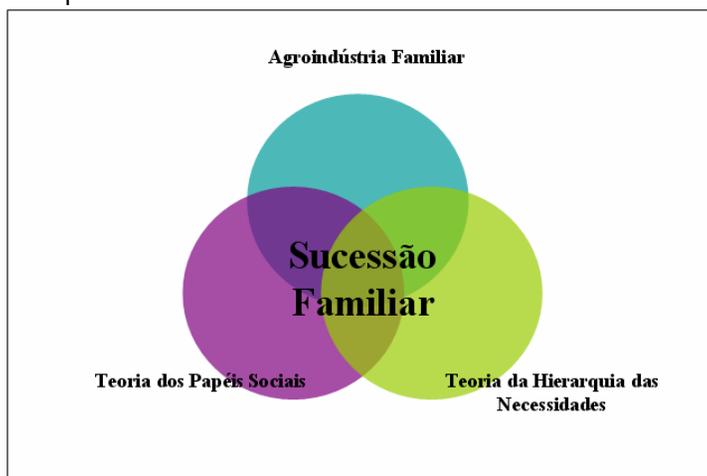
A coleta de dados foi realizada em visitas técnicas ao Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia e a uma cooperativa mista da região, nos quais se entrevistou seus respectivos presidentes. Também foram visitadas três agroindústrias familiares, nas quais se entrevistaram os seus gestores e suas esposas. Utilizou-se questionário aberto, com perguntas acerca dos processos de sucessão, de gestão da propriedade, do êxodo e da permanência no meio rural, e ouviram-se relatos acerca de situações culturais e econômicas que permeiam as atividades da região, além de serem observadas as estruturas produtivas e administrativas dos locais pesquisados.

Com base nos dados coletados, realizou-se análise qualitativa do conteúdo, considerando-se o discurso dos entrevistados, correlacionando-se dados primários e secundários e o referencial teórico.

Discussão

Para ilustrar a estrutura teórica elaborada para apoiar a discussão dos dados e a compreensão do objeto de estudo, a figura 2 resume o esquema analítico utilizado nesta pesquisa.

Figura 2: Esquema analítico utilizado no estudo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

1-Suporte da Teoria dos Papéis Sociais e da Teoria da Hierarquia das Necessidades Sociais na Discussão da Sucessão Familiar em Agroindústrias

Os pais cumprem um papel importante ao transmitir o conhecimento transgeracional (Pitts et. al, 2008). Nas sociedades tradicionais, conforme Mello (2006), o contexto familiar configura-se como um processo sucessório natural e esperado. Os filhos assumem os papéis dos pais ao se dedicarem a trabalhar na propriedade rural, atendendo às expectativas dos sujeitos e da comunidade nesse sentido.

Assim, satisfazem-se algumas das necessidades dos filhos (necessidades fisiológicas, de segurança, sociais ou de amor, de estima e de autorrealização) nas atividades no meio rural, com alimento, abrigo, proteção, amor e inserção em um grupo social - de agricultores, por exemplo. Também, satisfaz-se a necessidade da comunidade ou do meio em que os sujeitos - pais e filhos - se inserem, prosseguindo-se às atividades produtivas e de composição no meio social.

Segundo Diaz-Laplante (2007), a necessidade de autorrealização é o foco do sujeito e das comunidades e também se destaca nos processos sucessórios, pois a permanência do homem no campo está sujeita à satisfação das necessidades inferiores e à sua identidade. Para Mello (2006), as mudanças nos meios sociais promoveram um estigma em "ser colono", gerando uma crise de identidade no produtor. Por isso, perderam-se valores camponeses como o modo de falar, de vestir-se e o comportamento em si, aspectos que identificam o sujeito proveniente de determinado meio social. Quando o trabalho é motivo de autorrealização e é assimilado na identidade do indivíduo, a relação entre a autoestima e o trabalho é saudável e estável, agregando sentimentos de valor, orgulho, influência, importância, entre outros (Maslow, 2001).

Há, então, no sujeito, uma tensão constante entre o pertencimento a uma comunidade preexistente e as múltiplas possibilidades de escolhas de papéis (Belloni, 2007). Nesse sentido, quando se comparadas a cultura urbana e a rural, esta parece "atrasada", operando em uma imagem negativa que atinge, especialmente, os jovens rurais. Para Maslow (2001), este pode ser um fator de infelicidade e culpa, porque a motivação para um trabalho está diretamente relacionada com a devoção e a dedicação do sujeito a uma tarefa que considera importante e com a qual se identifica. Assim, o jovem busca, a partir dessa perda da

identidade, se autorrealizar em novos papéis, em meios julgados mais desenvolvidos, como os centros urbanos. Essa desvalorização e a perda de identidade do produtor rural, aliadas à valorização e à identificação dos sujeitos com tarefas intrínsecas do meio urbano, são fatores de estima (especialmente de autoestima e *status*) e de autorrealização humanas que podem inviabilizar os processos sucessórios, devido à recusa de permanecer no meio rural.

Nesse contexto, as Teorias de Papéis Sociais e da Hierarquia das Necessidades Humanas e o Processo Sucessório dialogam entre si e podem realizar o esforço conjunto de analisar a sucessão familiar em meios rurais.

2 - Sucessão Familiar na Quarta Colônia do RS

A problemática da sucessão familiar em ambientes agroindustriais é um dos desafios para a população rural. Enquanto há uma demanda de trabalho no campo, bem como de mão de obra qualificada para dar seguimento ao método de trabalho tradicional camponês, há, por outro lado, uma demanda do sujeito do campo por melhores condições de vida, renda maior e um trabalho dito "moderno", diferente daquele feito no meio rural.

Na Quarta Colônia, o conhecimento transgeracional é transferido de pais para filhos de forma natural, através da intensa convivência diária, a divisão de tarefas e o auxílio dos filhos aos pais nas rotinas do campo. Apesar deste assunto não ser muito discutido no âmbito familiar, a problemática da sucessão familiar vem se desenvolvendo em três situações.

Primeiramente, os filhos dos camponeses vão para a cidade para buscar estudos em diversas áreas sem ligação com o meio rural. Esses dificilmente retornam para suas cidades de origem, pois as oportunidades de trabalho nas suas áreas de atuação estão nos grandes centros urbanos, para onde se dirigem. O meio rural vira um ponto de referência familiar, pois lá ficam os pais, que envelhecem e não têm para quem deixar a propriedade. Algumas das opções para os progenitores são vender a propriedade e partir também para o meio urbano, vivendo com o valor da aposentadoria, ou arrendar parte das terras. Quando do falecimento dos pais, os filhos tomam as providências de comercializar a propriedade.

Em outra vertente, alguns filhos vão para os centros universitários buscar qualificação e retornam para aplicar na propriedade de origem o aprendizado adquirido. O problema com que se deparam as novas gerações, nesse caso, é a resistência dos

pais em aceitar as novas tecnologias trazidas pelos herdeiros. Isso porque o tradicionalismo e a cultura dos progenitores muitas vezes são barreiras para a inovação em produtos e técnicas de produção. Dessa forma, os filhos podem permanecer na propriedade da família e inserir gradualmente as novas técnicas. Ou, podem receber dos pais ou comprar para si outro lote de terras próximas, com possibilidade de produzir e inserir-se como um novo produtor naquela comunidade, formando sua própria família, com esposa e filhos. Nesse caso, pode ocorrer uma transferência das terras, mas tal não se caracteriza como herança. Os pais mantêm-se em propriedades diferentes até que ocorra o falecimento de ambos e os filhos tomem providências quanto às terras, como retomá-las, arrendá-las ou vendê-las.

Por último, observa-se a permanência dos filhos na propriedade dos pais. Nesse caso, além de aprender com os pais as técnicas tradicionais de produção, o filho trabalha para manter a cultura e as práticas das gerações anteriores. As técnicas produtivas, inicialmente tácitas, são discutidas na comunidade e melhoradas de forma gradual, sem profissionalização propriamente dita. O papel da mulher nesse sentido é muito importante, pois, enquanto o marido busca conhecimento na comunidade, ela faz na prática aquilo que o marido lhe transfere em termos técnicos de produção. A mão de obra da propriedade é familiar, e a sucessão é vista como natural pelos membros da família. Uma possível divisão de terras ocorre quando os filhos atingem a idade adulta, mas pelo menos um dos filhos assume a propriedade paterna.

Uma questão pertinente a ser observada para compreensão da sucessão familiar refere-se à evolução demográfica da última década na região da Quarta Colônia do RS (Tabela 1).

Tabela 1: Evolução demográfica de 1998 a 2008 nos nove municípios da Quarta Colônia.

Município	2008		2005		2002		1998		Variação demográfica 1998/2008 (%)	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Agudo	9.650	7.370	10.632	6.399	11.365	5.978	11.524	5.494	-19,42	25,45
Dona Francisca	1.266	2.361	1.429	2.236	1.518	2.290	1.575	2.275	-24,41	3,64
F. do Soturno	2.412	4.047	2.650	3.862	2.717	4.017	2.732	4.077	-13,27	-0,74
Ivorá	1.564	859	1.666	745	1.744	717	1.830	702	-17,01	18,28
Nova Palma	3.325	3.170	3.572	2.834	3.625	2.736	3.682	2.550	-10,74	19,56
Pinhal Grande	2.601	1.955	2.874	1.698	3.085	1.588	3.229	1.372	-24,14	29,82
Restinga Seca	6.311	9.495	7.213	8.660	7.827	8.403	8.180	7.912	-29,61	16,67
S. João do Polêsine	1.496	1.255	1.606	1.114	1.660	1.088	1.639	1.047	-9,56	16,57
Silveira Martins	1.316	1.198	1.426	1.075	1.486	1.057	1.559	996	-18,47	16,86

Fonte: Elaborado a partir de FEE (2008).

De forma geral, há uma redução da população rural nos municípios da região, como no caso de Restinga Seca, com queda de quase 30% na população rural em 10 anos. Em decorrência disso, as comunidades estão se organizando para promover outras formas de ganhos, como é o caso do turismo rural e da diversificação de culturas.

Dentre os motivos para o êxodo rural na Quarta Colônia estão as oportunidades de trabalho em outras regiões, de acordo com a profissionalização dos jovens rurais, a baixa renda no campo, as demandas por autorrealização através de atividades mais lucrativas, a expectativa de melhor qualidade de vida nos meios urbanos, as dificuldades na produção agrícola causadas por fenômenos climáticos e a dificuldade de lucratividade na comercialização de produtos agrícolas. Para amenizar esses problemas, há algumas iniciativas do poder público regional, como a organização dos produtores rurais para a comercialização em feiras e a valorização dos produtos provenientes daquela região - embora ainda sem utilizar selo de marca própria ou selo de identificação de procedência da Quarta Colônia nos produtos, o que agregaria valor aos produtos regionais.

Para o desenvolvimento da autoestima e da autorrealização do homem do campo, um esforço tem sido feito por uma cooperativa regional para a conscientização dos jovens rurais e das mulheres sobre o valor do trabalho no campo, a propósito das práticas mais avançadas na agricultura e sobre a importância do processo sucessório nessas agroindústrias para fortalecimento da região. Porém, por ser um trabalho ainda recente da cooperativa e pelo processo sucessório ser longo, seus resultados só serão evidentes no longo prazo.

Considerações finais

Na região da Quarta Colônia, evidencia-se uma realidade de esvaziamento do meio rural, onde as propriedades que se mantêm em atividade estão sendo comandadas por gerações que estão envelhecendo, sem garantias de sucessão na gestão. Para promover o processo sucessório de acordo com as necessidades nessa região, seria oportuno intensificar ações de promoção da região quanto ao turismo rural como forma alternativa de renda. Além disso, focar os papéis a serem desempenhados dentro das agroindústrias familiares torna-se indispensável, o que pode ser desenvolvido através de programas de valorização da mão de obra do homem do campo e da mulher - não somente como dona de casa, e sim como peça-chave no núcleo familiar para o direcionamento das ações no meio rural.

Quanto às ações públicas, o esforço conjunto entre órgãos municipais e comunitários e famílias camponesas está gerando resultados positivos para a valorização da região no sentido de um

apoio para o fortalecimento das atividades agrícolas e da região. Assim, conforme o exposto pelas teorias de papéis sociais e de hierarquia de necessidades humanas, correlacionam-se as possibilidades de realização pessoal e as de trabalho no campo, visto que se satisfazem as necessidades do indivíduo, da família e da comunidade no que se refere à continuidade e à autorrealização.

É necessária uma política de incentivo à permanência da mulher no campo, visto a sua influência em escolhas e direcionamentos do núcleo familiar, devendo ser orientada para, além da profissionalização, aplicar seus conhecimentos no desenvolvimento da propriedade ou da região, sem se desvincular do meio rural.

Ainda, quanto ao método e ao suporte teórico utilizado, julga-se que foram adequados, visto que a Teoria de Papéis Sociais, da sociologia, a Teoria da Hierarquia de Necessidades Humanas, da psicologia, e o Processo Sucessório, da administração, estão em consonância com o que se demanda dos sujeitos a respeito da sua influência nas motivações e ações para o desenvolvimento humano e regional. Além disso, essas teorias atuam explicando os comportamentos, motivações e ações dos sujeitos como indivíduos e membros de determinada sociedade, permitindo a proposição de ações públicas que possibilitem o desenvolvimento e a autorrealização do indivíduo e da comunidade.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Agricultura, Diferenciação Social e Desempenho Econômico*. Projeto IPEA - NEAD/MDA - Banco Mundial. São Paulo: FEA-USP, 2000.

BELLONI, M. L. "Infância, mídias e educação: revisitando o conceito de socialização". *Revista Perspectiva*, v. 25, n. 1, 2007.

DIAZ-LAPLANTE, J. "Humanistic psychology and social transformation: building the path toward a livable today and a just tomorrow". *Journal of Humanistic Psychology*, v. 47, n. 1, 2007.

DUVAL, S.; HOAREAU, C., e HASHIZUME, H. "Human universality in ubiquitous computing: Maslow, where are you?". Shanghai: International Conference on Embedded and Ubiquitous Computing, 2008.

EVARISTO, D. O.; SANTOS, R. S., e SANTOS, A. A. "A importância da gestão para sobrevivência de empresas familiares". *Enciclopédia Biosfera*, n. 4, p. 1-10, 2007.

FAO/ INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

FEE - Fundação de Economia e Estatística. **Estatísticas FEE: População**, 2008. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao.php. Acesso em 8 fev 2010.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LAZIM, M. A.; OSMAN, M. T. A. "A New Malaysian Quality of Life Index Based on Fuzzy Sets and Hierarchical Needs". *Social Indicators Research*, v. 94, n. 3, 2010.

MADRUGA, L. R. G. Comportamento coletivo e interações sociais no Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria: aprendizagem social e emergência do empreendedorismo socioambiental. Porto Alegre, 2009. Tese. Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MASLOW, A. **Motivation and Personality**. Nova Iorque: Harper & Row, 1970.

MASLOW, A. **Maslow no gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MELLO, M. A. "Transformações sociais recentes no espaço rural do oeste de Santa Catarina: migração, sucessão e celibato". XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural, Fortaleza, 2006.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, A. E. M. e GALIZONI, F. M. "Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do Alto Jequitinhonha, MG". XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SDT. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais**. Brasília: MDA/SDT, 2005.

NEUMANN, P. S.; DORNELLES, C. N.; DULLIUS, M.; FONTOURA, A. F., e SILVEIRA, P. C. "A Agroindústria Familiar de Massas na Região da Quarta Colônia do Rio Grande do Sul". XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina, 2007.

PARSONS, T. **The Social System**. London: Routledge, 1991.

PASSADOR, J. L.; ROSA, L. A. B. e PASSADOR, C. S. "A comercialização na agroindústria de pequeno porte: a agricultura familiar em evidência: o caso de Londrina". XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural, Rio de Janeiro, 2004.

PITTS, M.; FOWLER, C.; KAPLAN, M.; NUSSBAUM, J., e BECKER, J. "Dialectical Tensions and Praxis Underpinning Family Farm Succession Planning". Interpersonal Communication Division of the International Communication Association Convention in Montreal, Montreal, 2008.

PRESTES, N. R. Um Estudo sobre os Controles de Gestão Utilizados nas Micro e Pequenas Empresas Comerciais da Cidade de Ivaiporã/PR. Florianópolis, 2002. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

SCHNEIDER, S. "Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso". In: Froehlich, J. M. e Diesel, Vivien. (Orgs.). **Desenvolvimento Rural: Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SILVA JÚNIOR, A.; MUNIZ, R. M. "Poder e Sucessão: ascensão, declínio e falência de uma gestão familiar em uma empresa Capixaba". *Revista Organizações e Sociedade*, v. 10, n. 26, 2003.

TRIPODI, T.; FELLIN, F., e MEYER, H. **Análise da pesquisa social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais aplicadas: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1999.

VILLARRINHO, F. Uma matriz de relacionamento do impacto do processo sucessório do primeiro mandatário na implantação das estratégias empresariais: dois estudos de caso do segmento de transportes. Porto Alegre, 2007. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Administração e Negócios, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

WEBSTER JR., M. e RASHOTTE, L. S. "Fixed roles and situated actions". *Sex Roles Journal*, v. 61, n. 5, 2009.

WEISHEIMER, N. A situação juvenil na agricultura familiar. Porto Alegre, 2009. Tese. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L., FILIPPI, E. E. "Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Brasil". IV Congresso Internacional de la Red SIAL, Mar Del Plata, 2008.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.